

## Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (Com Eduarda Esposito)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Amigos, amigos...

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), estava todo sorridente e bem próximo ao presidente Lula na sessão de cinema do Alvorada na última segunda-feira. Porém, na hora de colocar o plenário para votar, sessão cancelada na terça-feira. As apostas de muitos são as de que a Casa só funcionará a pleno vapor quando a questão das emendas de comissão estiver resolvida.

## ... negócios à parte

A reunião de amanhã entre os presidentes das duas casas legislativas — Alcolumbre e o presidente da Câmara, Hugo Motta, — é vista como um “vai ou racha”. Se rachar, pior para o governo.

## Por falar em amizade...

Entre os deputados não há dúvidas: se for para agradar o presidente da Câmara, Hugo Motta, o ministro de Relações Institucionais será o atual líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL).

## Ainda sobre Sarney

Do alto de quem acompanhou de perto os primeiros anos do governo José Sarney como porta-voz e secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, o jornalista Fernando Cesar Mesquita considera que o ex-presidente continua um “cavalheiro”, ao não falar das traições que sofreu. “Foram muitas e ele sempre reluta em esmiuçá-las”, diz Fernando César.

## Onde está o problema

Muita gente na base aliada acompanhou com uma certa preocupação a longa fritura da ministra da Saúde, Nísia Trindade, até ela deixar o cargo. A avaliação de muitos no Parlamento e fora dele é a de que Nísia sai para que Lula não deixe à deriva um expoente do PT de São Paulo que se desgastou no cargo de coordenador político do governo. Pelo menos nove em cada 10 deputados aliados ao PT dizem, em conversas reservadas, que não podia ser considerado normal um ministro de Relações Institucionais, no caso, Alexandre Padilha, não ser recebido nem conversar com o presidente da Câmara durante quase dois anos. A saída de Padilha já estava acertada com o Centrão, a fim de melhorar a interlocução com os partidos mais ao centro.

\*\*\*\*\*  
E onde está o perigo/ O PT continua resistindo a abrir o Planalto aos aliados. Por isso, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), subiu na bolsa de apostas. Só tem um probleminha: colocar um representante do PT de São Paulo na Saúde e outro na coordenação política pode levar os aliados do governo a se considerarem desprezados para a cozinha palaciana.  
\*\*\*\*\*

Paralelamente às preferências do PT, o Planalto avalia o nome de Isnaldo Bulhões (MDB-AL), em um gesto de aproximação com o Centrão. Ocorre que a ala mais radical do partido não quer nem ouvir falar desse movimento.



## CURTIDAS

**Virou vítima/** A saída de Nísia Trindade, uma cientista respeitada e séria, depois de meses de “fritura”, levou quase todo o PT à tribuna da Câmara em defesa da ministra.

Ed Alves/CB/DA,Press



**Votou, mas não agradou/** O deputado Marco Feliciano (PL-SP/foto) não gostou nada de haver eleições para a Frente Parlamentar Evangélica. “(A eleição) mostra um enfraquecimento da frente, nunca tivemos isso. Era para haver um acordo. Nem todos são evangélicos, mas vão votar”, declarou à coluna.

**Antes de cobrar, pesquise /** O deputado Charles Fernandes (PSD-BA) cobrou do ministro dos Transportes, Renan Filho, a autorização das construções de casas na Bahia pelo projeto Minha Casa, Minha Vida. Entretanto, a pasta responsável pela autorização é a de Cidades, de Jader Filho.

**Telefonia morreu/** Internautas têm reclamado de ligações e SMS de golpes recebidos diariamente. Alguns contaram mais de 15 ao longo do dia. Um deles até perguntou se o Supremo Tribunal Federal (STF) não conseguia dar conta. Nas redes, consta, “o STF consegue fechar rede social e não consegue derrubar isso? SMS falsos, ligações telemarketings sem permissão”.

## PODER

Uma das bancadas mais influentes do Congresso decide no voto, pela primeira vez, a escolha de seu líder. Gilberto Nascimento (PSD-SP) é da Assembleia de Deus e próximo de Silas Malafaia, aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro

## Evangélicos a portas fechadas

» ISRAEL MEDEIROS

A bancada evangélica no Congresso Nacional elegeu ontem um novo presidente: o deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP), que venceu com ampla vantagem: foram 117 votos contra 61 de Otoni de Paula (MDB-RJ). O processo ocorreu todo a portas fechadas. Só os deputados tiveram acesso à sala de votação onde os parlamentares colocaram os nomes dos candidatos em cédulas. Ainda a portas fechadas, o resultado foi anunciado e os candidatos tiveram a oportunidade de discursar aos colegas.

A bancada é uma das mais influentes do Congresso, com 219 deputados e mais de 20 senadores. Desses, no entanto, apenas 112 deputados e 13 senadores são membros de igrejas evangélicas. Essa foi a primeira vez que o grupo realizou uma eleição desde sua fundação, em 2003. Desde aquele ano, todos os presidentes foram escolhidos por acordo, mas desta vez, a bancada se dividiu.

A mobilização da ala bolsonarista fez a diferença para o

resultado, já que Nascimento é visto como um deputado mais alinhado às pautas de costumes e tem proximidade com o pastor Silas Malafaia, um dos principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Questionado por jornalistas sobre se sua vitória significava um alinhamento ainda mais claro com Bolsonaro, ele se esquivou. Não quis comentar o assunto.

Antes do início da votação, a deputada Greyce Elias (Avante-MG), ligada à Sara Nossa Terra, retirou sua candidatura para apoiar Nascimento. O acordo era de que ela seria a vice-presidente da bancada. Depois de vencer, Gilberto Nascimento agradeceu à postura da colega e afirmou que vai trabalhar para que a bancada discuta as pautas de interesse da população evangélica.

Gilberto Nascimento disse ainda que a bancada manteve o “alto nível” na disputa e chamou Otoni de Paula — que fez duras críticas ao deputado durante o processo — de “amigo”. “Quero me colocar à disposição de vocês (da imprensa) e de todos os deputados para discutirmos o Brasil e as pautas que são

Divulgação/PSD



Gilberto Nascimento terá Greyce Elias como vice-presidente da Frente: atenção à pauta de costumes

inerentes à nossa Frente Parlamentar Evangélica”, afirmou. O adversário não discursou à imprensa, mas posou para fotos ao lado de Nascimento.

Membro da Assembleia de Deus desde a juventude, Gilberto Nascimento é advogado e ocupava o cargo de suplente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

até fevereiro de 2025. Foi vereador pela cidade de São Paulo por três mandatos, duas vezes deputado estadual e está no terceiro mandato como deputado federal.

Já o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), também da Assembleia de Deus, foi boicotado pela ala mais alinhada ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo que consideraram um alinhamento ao governo Lula (PT) depois que o parlamentar começou a criticar a proximidade de lideranças evangélicas, como Silas Malafaia, com o ex-presidente.

Ele também foi criticado por participar, em outubro do ano passado, de um evento com Lula no Palácio do Planalto. Na ocasião, o presidente sancionou a lei que instituiu o Dia da Música Gospel em todo o território nacional e recebeu elogios de Otoni de Paula, o que foi visto como uma aproximação ao governo, algo que ele nega.

Ao anunciar o resultado, Silas Câmara (Republicanos-AM) elogiou Otoni de Paula. Disse que o parlamentar defendeu a direita e as pautas da Frente Parlamentar Evangélica e que tem postura exemplar. Também negou que a bancada tenha ficado dividida no processo. “A nossa bancada nunca esteve dividida. Essa foi a leitura de vocês. (...) Nós nunca estivemos mais fortes”, disse Silas Câmara.

## PEC contra a jornada 6x1 é protocolada

» VANILSON OLIVEIRA

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) protocolou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a redução da jornada de trabalho no Brasil, chamada escala 6x1. Em entrevista coletiva, a parlamentar explicou que a demora no protocolo foi estratégica, diante do cenário político da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no ano passado. À época,

a CCJ, responsável pela análise inicial de PECs, estava sob o comando da deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC).

A parlamentar afirmou que pretende se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para entregar o documento que contém quase 3 milhões de assinaturas. A proposta defende o fim da escala 6x1. “Agora resta

saber se o Congresso Nacional terá interesse político e responsabilidades com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e se dará a atenção necessária para que esse texto ganhe um relator, para que a comissão especial seja instalada e para que a gente tenha condições de fazer esse debate como deve ser feito”, disse a parlamentar.

Erika Hilton destacou que foram meses de articulação com parlamentares de diferentes

partidos para garantir a adesão à proposta. Ela enfatizou que “já há apontamentos políticos e econômicos mostrando que há, sim, possibilidade de repensarmos essa jornada de trabalho, como foi feito em outros lugares no mundo, aplicando à nossa realidade”. Ela revelou que dois parlamentares do PL chegaram a assinar a proposta inicialmente, mas foram orientados pelo partido a retirar o apoio posteriormente.

“Acho que os únicos que não estão empenhados nesse debate é a extrema-direita”, criticou a deputada, ressaltando que a adesão diversificada “desmonta a ideia de que só a esquerda está se empenhando nessa discussão”.

## Protesto

A iniciativa surgiu a partir da mobilização do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), fundado pelo vereador carioca Rick Azevedo (Psol), que ganhou força nas redes sociais e promoveu manifestações em várias cidades

brasileiras. “Vamos convocar os trabalhadores a irem às ruas no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, e no dia 2 a ficarem em suas casas, como uma forma de protesto”, disse o vereador.

O texto apresentado por Hilton conta com o apoio de 234 deputados, 63 assinaturas acima do mínimo exigido. A PEC prevê que a jornada máxima semanal seja de 36 horas, distribuídas em quatro dias úteis, limitando a carga diária a 8 horas, com possibilidade de compensação de horários ou redução adicional por acordo ou convenção coletiva.